

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP – SERVIÇO SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA
(Processo Administrativo n.º 23228.000308/2019-12)

1. DO OBJETO

- 1.1. **ASSUNTO:** Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de **transporte/frete** em atendimento às demandas da Reitoria e *Campi* do Ifap.
- 1.2. O serviço deverá ser prestado conforme especificações descritas nesse Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital independente de transcrição;
- 1.3. Para efeito de julgamento dos preços no PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, o critério de julgamento deverá ser **menor preço por grupo**, sendo vencedor o licitante que ofertar o menor valor para o grupo na fase de lances;
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.
- 1.6. Para os itens agrupados, a classificação final será feita pelo valor global do grupo, no entanto, a disputa será por item;
- 1.7. O serviço deverá ser prestado conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações e quantidades relacionadas abaixo:

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES DE REFERÊNCIA

G R U P O	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICA ÇÃO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMAD O	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
1	1	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 0 a 20 km.	22730	M³	254	R\$ 206,00	R\$ 52.324,00
	2	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 21 a 130 km.	22730	M³	154	R\$ 247,27	R\$ 38.079,58
	3	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 131 a 300 km.	22730	M³	110	R\$ 301,33	R\$ 33.146,30
	4	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 301 a 450 km.	22730	M³	60	R\$ 336,67	R\$ 20.200,20
	5	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 451 a 600 km.	22730	M³	80	R\$ 361,83	R\$ 28.946,40
	6	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância acima de 600 km.	22730	M³	50	R\$ 419,50	R\$ 20.975,00

- 1.6. O **VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA** para esta contratação é de **R\$193.671,48 (cento e noventa e três mil seiscentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos)**;
- 1.7. Para o alcance dos valores estimados foram realizadas pesquisas de preços no painel de preços do governo federal, bem como preços de fornecedores diretos, conforme documentos constantes no processo, em observância ao disposto na IN n. 03\2017 – SLTI/MPOG;
- 1.8. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão gerenciador: REITORIA (UASG: 158150)				
Sector: Coordenação de Administração Logística e Infraestrutura				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	M³	1	200	200



2	M³	1	50	50
3	M³	1	50	50
4	M³	1	50	50
5	M³	1	50	50
6	M³	1	50	50
CRONOGRAMA				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
LOCAL DE ENTREGA				
Campus Macapá: Rodovia 210, Km 03, s/n, Bairro Brasil Novo, Macapá/AP, CEP: 68.909-398				

Órgão Participante (UASG: 158159): CAMPUS MACAPÁ E CAMPUS OIAPOQUE				
CAMPUS OIAPOQUE				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	M³	1	4	4
2	M³	1	4	4
5	M³	1	30	30
CRONOGRAMA				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
LOCAL DE ENTREGA				
Campus Oiapoque: Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiapoque/AP, CEP: 68.980-000				

Órgão ou entidade participante (UASG: 155941): CAMPUS PORTO GRANDE				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	M³	1	50	50
2	M³	1	100	100
3	M³	1	50	50
CRONOGRAMA				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
LOCAL DE ENTREGA				
Rodovia Perimetral Norte (BR-210), km 103, S/N, CEP 68997-000, Porto Grande-AP				

Órgão ou entidade participante (158160): CAMPUS LARANJAL DO JARI				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Total
3	M³	1	10	10
4	M³	1	10	10



CRONOGRAMA
Conforme necessidade durante a vigência da ARP
LOCAL DE ENTREGA
Rua Nilo Peçanha, 1263 – Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP, CEP: 68.920-000

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para a contratação:

A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, anexo desse Termo de Referência.

2.2. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

A Reitoria do IFAP vem colocando em prática as contratações compartilhadas entre a Reitoria e os seus Campi, com o objetivo de diminuir o fluxo e agilizar os processos de aquisições;

A adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir, o que caracteriza a lei de demanda;

Proporcionará também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao fazermos um só processo despenderemos o tempo gasto em um processo licitatório uma única vez e teremos o material disponível sempre que necessário.

Adotou-se, assim, o Sistema de Registro de Preço – SRP, considerando as hipóteses previstas nos incisos II e III do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação somente quando houver necessidade, ou seja, os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços, respectivos fornecedores e condições já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

2.3. Para o agrupamento dos itens:

A opção do certame licitatório por grupo deve-se ao fato de necessidade de padronização do presente serviço nas Unidades do IFAP, visto que a não classificação dessa forma poderá implicar na contratação de várias empresas dificultando o gerenciamento e fiscalização pelos demandantes. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013), e conforme pesquisa de mercado, existem empresas que prestam o serviço desta contratação em todos os municípios onde estão localizadas as Unidades demandantes deste objeto.

O critério de julgamento de “menor preço global” justifica-se ainda por entender que na prestação do serviço em questão, a divisibilidade torna o contrato menos vantajoso, pois retira-se a possibilidade do aproveitamento de carga. Com um carregamento único é possível se fazer mais de uma entrega contemplando faixas de distâncias variadas, o que torna o custo mais vantajoso para a administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de transporte e execução de mudanças de sede e/ou de instalações/materiais para outros locais, compreendendo desmontagem, embalagem, carregamento, descarrego, montagem, e transporte de bagagens, cargas, mobiliários, utensílios domésticos, equipamentos eletroeletrônicos e de informática, documentos, materiais de consumo diversos, e demais itens de interesse do Contratante. O serviço deverá ser realizado utilizando a modalidade de transporte rodoviário e terá como unidade de medida a cubagem (m³), conforme a faixa de distância



(km). O transporte será rodoviário local, intermunicipal e interestadual, no que couber, observado para o transporte interestadual as peculiaridades geográficas do Estado do Amapá, em atendimento às demandas da Reitoria do Ifap e *campi*.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A presente contratação trata-se de serviços comuns, e ocorrerá através de **Pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços**, de acordo com os Decretos (e alterações) nºs 3.555/2000, 3.722/2001, 3.784/2001, 5.450/2005, 7.892/2013, Lei nº 10.520/2002, sendo aplicadas subsidiariamente às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado;

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.1. Conforme o art. 3º da Lei 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

5.2. Segundo o TCU, licitações sustentáveis visam, além de outros aspectos, o desenvolvimento regional e equidade social, benefícios à saúde pública e redução dos impactos ambientais, comércio justo, novos negócios e incentivo a micro e pequenas empresas. Assim, a administração privilegiará, na presente aquisição, a adoção da proposta mais vantajosa dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental, quando aplicáveis, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e alterações.

5.3. Por sua vez o Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, regulamenta o dispositivo da Lei de Licitações já citado, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Além disso, em seu artigo 3º dispõe que tais critérios e práticas de sustentabilidade serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;

5.4. A presente licitação, portanto, busca observar os principais dispositivos que tratam do desenvolvimento sustentável nas aquisições e contratações públicas, inclusive o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Ifap e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O serviço, objeto deste termo de referência, não é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e



Instrução Normativa SLTI/MPOG no 5, de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes;

6.2. O serviço deverá ser realizado utilizando a modalidade de transporte rodoviário e terá como unidade de medida a cubagem (m³), conforme a faixa de distância (Km). O transporte será rodoviário local, intermunicipal e interestadual, no que couber, observado para o transporte interestadual as peculiaridades geográficas do Estado do Amapá;

6.3. O serviço compreenderá o transporte e execução de mudanças de sede e/ou de instalações/materiais para outros locais, compreendendo desmontagem, embalagem, carregamento, descarregamento, montagem, e transporte de bagagens, cargas, mobiliários, utensílios domésticos, equipamentos eletroeletrônicos e de informática, documentos, materiais de consumo diversos, e demais itens de interesse do Contratante; sempre com seguro específico, e incluído demais custos que se fizerem necessários para a fiel execução do serviço de entrega dos bens ao seu destino;

6.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, de domingo a sábado (ou conforme as necessidades das Unidades do Ifap), em data e horário a serem definidos, conforme necessidade da administração;

6.5. O serviço de desmontagem e montagem deverá ser realizado, exclusivamente, por profissional qualificado e de acordo com as instruções do fabricante. A montagem dos bens deverá respeitar rigorosamente as formas e dimensões originais, mantendo-se cada móvel/equipamento com suas respectivas peças;

6.6. Nos casos de equipamentos específicos, especialmente os de tecnologia da informação, a desinstalação, instalação e ativação dos equipamentos serão realizadas exclusivamente por técnicos do Ifap, sendo de responsabilidade da empresa, a embalagem, identificação, transporte e desembalagem;

6.7. Os bens deverão ser transportados em caminhões fechados tipo "baú", forrados em seus interiores com chapas de compensado, ou material similar, para melhor acomodação e conservação dos bens;

6.8. O serviço objeto desta contratação abrange todas as operações necessárias para que o transporte ocorra sem alteração, incluindo especificamente as seguintes:

6.8.1. desmontagem e embalagem dos bens no local de origem;

6.8.2. retirada do local de origem e acondicionamento dos bens e materiais em caminhão-baú;

6.8.3. retirada do material do equipamento de transporte e sua colocação dentro do cômodo indicado no local de destino;

6.8.4. desembalagem e montagem dos móveis no seu destino;

6.8.5. fornecimento do material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens;

6.8.6. retirada de todos os detritos/embalagens utilizados;

6.8.7. obtenção de todo e qualquer tipo de licença ou autorização junto aos órgãos públicos e fiscalizadores quando necessárias à execução do serviço;

6.9. Uma vez acomodada a carga no caminhão-baú, esta não poderá sofrer manuseio até que chegue ao seu destino, a não ser em casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Ifap;

6.10. As solicitações de transporte deverão ser atendidas pela Contratada dentro dos prazos máximos estabelecidos no item 9 deste Termo, contados da data de solicitação do Contratante, estando inclusos nos prazos: o fornecimento, pela Contratada, da planilha de cálculos da metragem cúbica do material a ser transportado, apresentação da cópia autenticada da apólice de seguro devidamente averbada, retirada dos bens/materiais do ponto de origem, e entrega destes no local de destino;

6.11. A Contratante poderá fixar, desde que seja técnica e operacionalmente viável (com a anuência da Contratada), que a execução dos serviços seja finalizada em prazos inferiores aos máximos fixados;

6.12. As hipóteses em que a complexidade envolvida na prestação dos serviços o exigir, os prazos máximos poderão ser dilatados, por autorização prévia e expressa da Contratante;

6.13. Para efeito de cálculo da quilometragem entre percursos, sempre que possível, será utilizado o *Google Maps*;



6.14. Os casos em que a prestação dos serviços demandar transporte fluvial, poderá a Contratante conceder prorrogação dos prazos máximos em até 10 (dez) dias úteis, observada as peculiaridades de cada local;

6.15. A solicitação do serviço será feita à Contratada por meio de documento a ser emitido pela Contratante, podendo ser por meio de e-mail, definindo a carga (relação dos bens) e seus respectivos valores estimados e endereços de origem e destino, dentre outras recomendações, ficando a critério da empresa realizar vistoria para confirmar as informações e dimensionar a demanda de serviço;

6.16. Para fins de identificação da faixa de distância e pagamento, a quilometragem será contada a partir da origem até o destino do transporte, considerando-se origem o local onde se encontram os bens a serem transportados, e destino o local onde os bens deverão ser entregues;

6.17. No transporte de bens e materiais, o levantamento da metragem cúbica e o inventário da mudança será realizado na presença, ou com ciência, de servidor público indicado para tal fim;

6.18. O inventário dos itens a transportar deverão ser registrados em duas (2) vias, destinando-se uma para cada parte, tais Contratante e Contratada.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Ifap desenvolve suas atividades no Estado do Amapá, tendo unidades fixas em alguns Municípios, bem como a promoção de ações em outras localidades do Estado;

7.2. Os Municípios com unidades administrativas instaladas são: Macapá, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Oiapoque;

7.3. O trajeto entre os Municípios acima pode ser dado por meio terrestre, sendo a maior distância cerca de 600 km;

7.4. O item de serviço referente ao transporte superior a 600 km corresponde a necessidade de transporte interestadual, em que existem trechos que poderão carecer de transporte fluvial e\ou aéreo. Sendo que em face da complexidade dos serviços para esta faixa de distância, será facultada à Contratada a Subcontratação dos trechos em que for necessário, ou mais adequado, o transporte por via fluvial ou aérea, bem como a utilização de veículos especiais para transporte de veículos automotores, ficando tais hipóteses condicionadas à autorização prévia por parte da Fiscalização do contrato, e desde que garantidos os critérios de qualidade, permanecendo a Contratada, nesses casos, responsável por qualquer dano, ainda que causado pela subcontratada.

8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Observado o disposto na IN nº 05, de 2017, a avaliação dos serviços será baseada na produtividade/qualidade dos serviços prestados, e a IN disponibiliza o modelo de instrumento de avaliação chamado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

8.2. Para esta contratação, a fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo de referência previsto no item 10 deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

8.2.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;



9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1. DO SEGURO

9.1.1. Quando do transporte dos bens e materiais a contratada deverá providenciar o seguro do patrimônio, devendo apresentar seguro com seguradora idônea, certificada pela SUSEP e com apólice capaz de ressarcir integralmente os prejuízos em razão de sinistro, dos seguros tipo RCTR-C (Responsabilidade Civil no Transporte Rodoviário de Cargas) e de RCF-DF (Desvio e Roubo de Cargas), para o valor atribuído aos bens a serem transportados, sem ônus para o Contratante, devendo a contratada apresentar a apólice dos referidos seguros após o recebimento da ordem de serviço e antes da execução do serviço;

9.1.2. Antes do início da embalagem dos materiais, a contratada deverá apresentar cópia autenticada da apólice de seguro e comprovação da confirmação pela seguradora da averbação do valor assegurado para cada serviço a ser realizado;

9.1.3. O fornecedor contratará, obrigatoriamente, seguro da carga, cujo prêmio não deverá ultrapassar 1,0% (um por cento) do valor declarado dos bens informado pela Contratante;

9.2. DOS VEÍCULOS

9.2.1. Os bens deverão ser transportados em caminhões fechados tipo “baú”, forrados em seus interiores com chapas de compensado, ou material similar, para melhor acomodação e conservação dos bens. Deverão ser utilizados caminhões com capacidade mínima de 50 M³ (cinquenta metros cúbicos), a fim de garantir a integridade dos bens transportados;

9.2.2. Os veículos deverão estar em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza, e segurança e ser adequados ao tipo de carga a ser transportada. Deverão ser conduzidos por profissionais devidamente habilitados e qualificados, conforme as legislações estadual e municipal, e com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de trânsito);

9.2.3. O peso da carga a ser transportada deverá estar dentro do limite máximo de capacidade de carga, reconhecida pela legislação, de cada veículo. Qualquer ônus proveniente de desobediência deste item ocorrerá exclusivamente por conta da Contratada;

9.2.4. Se na execução do serviço houver a necessidade de equipamentos e ferramentas (empilhadeira, etc.), a Contratada deverá dispor desses instrumentos.

9.3. DO PESSOAL

9.3.1. Os motoristas dos caminhões deverão estar devidamente identificados e credenciados para o transporte, portando documentação regular e em conformidade com as normas de trânsito vigentes;

9.3.2. A empresa adjudicatária deverá indicar, antes do início das atividades, pelo menos 1 (um) preposto que deverá acompanhar todas as etapas e responderá por todos os atos praticados pelo seu pessoal e serviços no cumprimento dos itens contratuais. O preposto manterá contato direto com a fiscalização. Deverá ser indicado telefone, e-mail, fax e endereço de localização do mesmo;

9.3.3. Os funcionários da empresa deverão executar os serviços nas dependências do Ifap devidamente uniformizados, portando identificação (tipo crachá) como nome/logotipo da empresa, nome do funcionário e função que desempenha;

9.3.4. As solicitações de transporte deverão ser atendidas pela Contratada dentro dos prazos máximos abaixo relacionados (dias corridos), contados da data de solicitação do Contratante, estando inclusos nos prazos: o fornecimento, pela Contratada, da planilha de cálculos da metragem cúbica do material a ser transportado, apresentação da cópia autenticada da apólice de seguro devidamente averbada, retirada dos bens/materiais do ponto de origem, e entrega destes no local de destino:

ITEM	DISTÂNCIAS (KM)	CRITÉRIOS E PRAZOS MÁXIMOS DE ATENDIMENTO		
		(DIAS CORRIDOS)		
		NORMAL*	URGÊNCIA**	EMERGÊNCIA***
01	De 0 a 20 km	5	3	2
02	De 21 a 130 km	6	4	3
03	De 131 a 300 km	7	5	4
04	De 301 a 450 km	8	6	5



05	De 451 a 600 km	8	6	5
06	Acima de 600 km	10	8	6

* casos comuns de realização de serviços;

** aqueles em que casos fortuitos ou de força maior, imprevisíveis, exijam o serviço de transporte no local indicado pela Contratante;

*** aqueles em que houver risco iminente de dano civil ou administrativo relativo a mercadorias e bens sob guarda da Administração.

9.3.4.1. A Contratante poderá fixar, desde que seja técnica e operacionalmente viável (com a anuência da Contratada), que a execução dos serviços seja finalizada em prazos inferiores aos máximos fixados;

9.3.4.2. As hipóteses em que a complexidade envolvida na prestação dos serviços o exigir, os prazos máximos poderão ser dilatados, por autorização prévia e expressa da Contratante;

9.3.4.3. Para efeito de cálculo da quilometragem entre percursos, sempre que possível, será utilizado o *Google Maps*.

9.3.4.4. Os casos em que a prestação dos serviços demandar transporte fluvial, poderá a Contratante conceder prorrogação dos prazos máximos em até 10 (dez) dias úteis.

9.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A gestão do contrato será realizada pelo gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso;

10.2. A comunicação a ser estabelecida entre o Ifap e a Contratada será por meio eletrônico, observada a velocidade e eficiência da comunicação, salvo outra forma, que por força de legislação específica ou por conveniência da Administração seja necessária;

10.3. Salvo outro critério de medição de resultado a ser utilizado pela fiscalização de contrato, os serviços e produtos da Contratada serão avaliados por meio de 2 (dois) indicadores de qualidade: **1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos de agendamento e execução dos serviços contratados, e, 2 – Bens e materiais entregues nas mesmas condições de quando retirados na origem;**

10.4. A avaliação de cada indicador resulta na atribuição de pontos de qualidade. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade, cuja diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços, observado abaixo:

Indicador	
Nº. 1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos de agendamento e execução dos serviços contratados. (0, 90, 0,95 ou 1,00 ponto)	
Finalidade	Garantia que os serviços contratados sejam realizados nos prazos previstos no contrato
Meta a cumprir	100% dos serviços requeridos executados nos prazos estabelecidos no Termo de referência.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados emitidos pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Por evento, a cada serviço previsto em ordem de serviço específica.
Mecanismo de Cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo fator: Valor (R\$)= valor do serviço executado x Fator <ul style="list-style-type: none">Fator = 1,00 – se os serviços foram concluídos no prazo estabelecido;Fator = 0,95 – se os serviços, em parte, forem concluídos fora do prazo;Fator = 0,90 – se o total dos serviços forem concluídos fora do prazo;
Início de Vigência	A partir do recebimento da ordem de serviço pela Contratada
Faixas de ajustes de pagamento	Averiguação serviço a serviço, em todos os serviços constantes da ordem de serviço:



	<ul style="list-style-type: none">Se o fator for = a 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota fiscal apresentada;Se o fator for = a 0,95 – corresponde a 95% do valor da Nota fiscal apresentada;Se o fator for = a 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota fiscal apresentada.
Sanções	Conforme item 20 deste termo de referência
Observações	-

Indicador	
Nº. 2 – Bens e materiais entregues nas mesmas condições de quando retirados na origem (0, 80, 0,90 ou 1,00 ponto)	
Finalidade	Garantia de que os bens e materiais sejam entregues no destino nas mesmas condições estruturais de como foram retirados na origem
Meta a cumprir	100% dos bens e materiais entregues em perfeição
Instrumento de medição	Planilha de controle com os dados das condições dos materiais na origem, e análise e vistoria dos bens no destino
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Por evento, a cada serviço previsto em ordem de serviço específica.
Mecanismo de Cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo fator: Valor (R\$)= valor do serviço executado x Fator <ul style="list-style-type: none">Fator = 1,00 – se os bens foram entregues em seu perfeito estado, conforme quando retirados na origem;Fator = 0,90 – se os bens, em parte, foram entregues em seu perfeito estado, tendo ocorrido pequeno dano, quase que imperceptível, não comprometedora da funcionalidade\utilidade do material (ex.: risco na pintura, estrutura com amasso). Obs.: Poderá vir a ser aplicada penalidade por dano material, a critério da Administração;Fator = 0,80 – se os bens tiveram danos perceptíveis e que comprometeram a funcionalidade\utilidade do material (observada a penalidade por dano material que terá que ser aplicada).
Início de Vigência	A partir do recebimento da ordem de serviço pela Contratada
Faixas de ajustes de pagamento	Averiguação serviço a serviço, em todos os serviços constantes da ordem de serviço: <ul style="list-style-type: none">Se o fator for = a 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota fiscal apresentada;Se o fator for = a 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota fiscal apresentada;Se o fator for = a 0,80 – corresponde a 80% do valor da Nota fiscal apresentada.
Sanções	Conforme item 20 deste termo de referência
Observações	-

10.5. A verificação do cumprimento ou não do IMR ou instrumento similar será acompanhado pelo Gestor do contrato de cada Unidade Administrativa;

10.6. O não cumprimento das metas previstas no IMR ou instrumento similar gerará um abatimento, nos percentuais previstos sobre o valor total da nota fiscal apresentada pela Contratada, que será glósado pelo Contratante;

10.7. O Gestor do contrato observará o cumprimento ou não do IMR ou instrumento similar, promovendo e apontando as adequações necessárias, implicando em redução do valor a ser pago caso não seja cumprido, ou devidamente justificado e aceito, o cronograma de prestação de serviços pela Contratada;



10.8. A empresa deverá ser comunicada para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto, se for o caso.

11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

11.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, bem como aqueles que mesmo não listados, sejam imprescindíveis para o serviço, promovendo sua substituição quando necessário;

11.2. DA EMBALAGEM

11.2.1. Para as embalagens, a adjudicatária deverá dispor de caixas de papelão, fitas, etiquetas, lacres e demais quantidades suficientes para o atendimento das demandas de cada unidade administrativa, utilizando-se de materiais específicos e apropriados, como plástico polibolha, papel kraft, filme stretch pre estirado e afins, de acordo com a natureza do material, garantindo sua integridade, conservação e inviolabilidade do objeto a ser transportado;

11.2.2. Em se tratando de equipamentos de informática, deverá ser observado que os equipamentos e seus acessórios deverão estar protegidos com a utilização de plástico polibolha, papelão ondulado e isopor. Os volumes devem estar bem compactados dentro das caixas, evitando danos de qualquer natureza;

11.2.3. Os equipamentos data-show, envelopadora, hub, notebook, plotter, retroprojetor, scanner, switch, transceptor portátil, servidor, unidades de CD, monitores de LCD, bem como televisores com tela de LCD e outros de natureza similar deverão ser embalados em caixas reforçadas, mais resistentes e com a identificação de "frágil".

12. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A execução dos serviços será iniciada a contar da assinatura do Contrato, sendo que os serviços serão solicitados, conforme necessidade, por meio de emissão de nota de empenho e/ou ordem de serviço, a qual será enviada à Contratada por servidor competente;

12.2. Para o prazo de execução dos serviços deverá ser observado o quadro abaixo:

ITEM	DISTÂNCIAS (KM)	CRITÉRIOS E PRAZOS MÁXIMOS DE ATENDIMENTO (DIAS CORRIDOS)		
		NORMAL*	URGÊNCIA**	EMERGÊNCIA***
01	De 0 a 20 km	5	3	2
02	De 21 a 130 km	6	4	3
03	De 131 a 300 km	7	5	4
04	De 301 a 450 km	8	6	5
05	De 451 a 600 km	8	6	5
06	Acima de 600 km	10	8	6

* casos comuns de realização de serviços;

** aqueles em que casos fortuitos ou de força maior, imprevisíveis, exijam o serviço de transporte no local indicado pela Contratante;

*** aqueles em que houver risco iminente de dano civil ou administrativo relativo a mercadorias e bens sob guarda da Administração.

12.3. As empresas que não cumprirem os prazos acima estipulados sofrerão sanções da Lei 8.666/93 e suas alterações, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Licitante e reconhecido pelo IFAP.

13. DA VISTORIA

13.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h30min às 11h e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail delic.reitoria@ifap.edu.br (obs.: quando tratar-se de vistoria em órgão participante, o contato para agendamento será informado pelo órgão gerenciador), podendo sua realização ser comprovada por:



- 13.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou
- 13.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade);
- 13.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 13.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

14.1. Da Ata de Registro de Preços:

- 14.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços, proveniente desta compra não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;
- 14.1.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, o IFAP não será obrigado a fazer a contratação dos serviços com a empresa assinante da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições;

14.2. Do Contrato:

- 14.2.1. Considerando a(s) unidade(s) demandante(s) da presente contratação, será(ão) formalizado(s) contrato(s), quando necessário, conforme informações abaixo:

UNIDADE DEMANDANTE	UASG	CNPJ
REITORIA (ÓRGÃO GERENCIADOR)	158150	010.820.882/0001-95
CAMPUS MACAPÁ E OIAPOQUE	158159	010.820.882/0002-76
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160	010.820.882/0003-57
CAMPUS PORTO GRANDE	155941	010.820.882/0006-08

- 14.3. Cabe à Unidade Demandante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, quando for o caso.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 15.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



15.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

15.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

15.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

15.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

15.6.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

15.6.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

15.6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

15.6.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

15.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

16.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

16.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações



trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

16.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

16.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

16.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

16.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

16.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

16.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

16.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

16.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

16.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

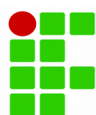
16.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

16.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

16.22. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;

16.23. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;



16.24. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

16.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 1% e 17%, respectivamente, do valor total do contrato;

17.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

17.3. Em face da complexidade dos serviços, para o item de serviço referente ao transporte superior a 600 km, o qual corresponde à necessidade de transporte interestadual, em que existem trechos que poderão carecer de transporte fluvial e/ou aéreo, será facultada à Contratada a Subcontratação;

17.4. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

17.4.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

17.4.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

17.4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.5. Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

19.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;



19.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

19.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

19.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

19.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

19.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

19.12. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

19.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

19.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

19.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

19.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

19.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratada ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

20.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;



20.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

20.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

20.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

20.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

20.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

20.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

20.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.4.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

20.5. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

20.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

20.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

20.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

20.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

20.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;



20.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. Multa de:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:



21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

21.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

22.1. O licitante deverá apresentar a sua proposta final, com as seguintes informações:

22.1.1. Especificação dos serviços a serem prestados, detalhando de forma clara, todas as informações;

22.1.2. O correio eletrônico, número de telefone e contato do responsável pela proposta, para realização dos chamados;

22.1.3. Todas as especificações do serviço ofertado devem estar de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, inclusive preços unitários e preço total;

22.1.4. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como, também, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;

22.1.5. A proposta deverá incluir informações de atendimento aos padrões de sustentabilidade, quando necessários, conforme estabelecido neste Termo de Referência;

22.1.6. Prazo de validade da proposta devendo ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. A dotação orçamentária será de acordo com a Unidade Gestora da(s) respectiva(s) Unidade(s) Demandante(s) que emitirá as Notas de Empenho, conforme quadros abaixo:

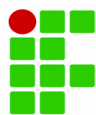
UNIDADE GESTORA	UASG
REITORIA	158150
CAMPUS MACAPÁ E AVANÇADO OIAPOQUE	158159
CAMPUS SANTANA	155592
CAMPUS PORTO GRANDE	155941

ITENS	NATUREZA DE DESPESA E SUBITEM	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE
1-6	339039-74	108908	8100

24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

24.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis,



contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

24.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

24.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

24.4.1. o prazo de validade;

24.4.2. a data da emissão;

24.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

24.4.4. o período de prestação dos serviços;

24.4.5. o valor a pagar; e

24.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

24.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

24.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

24.6.1. não produziu os resultados acordados;

24.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

24.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

24.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

24.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

24.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

24.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

24.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



24.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

24.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

24.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

24.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

24.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

24.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Havendo divergência entre a especificação do serviço constante no Termo de Referência e a descrição contida no cadastro do COMPRASNET, prevalece a especificação do Termo de Referência;

25.2. Nos casos em que houver prestação do serviço com fornecimento de materiais/peças/acessórios, em todos os materiais deverão constar, em suas embalagens, descrições e especificações na língua portuguesa, ou apresentar rótulo com as mesmas características.

ANEXO I - A

PLANO DE ESTUDO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE/FRETE RODOVIÁRIO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA REITORIA E *CAMPI* DO IFAP

Introdução

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que servirá essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência da contratação de empresa especializada na prestação de contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte/frete rodoviário em atendimento às demandas da Reitoria e *Campi* do Ifap, tais: Laranjal do Jari, Porto Grande e Avançado Oiapoque.

O conteúdo deste documento baseia-se nas exigências constantes no art. 24 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em conformidade com a lei, o presente serviço é comum. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

As últimas contratações do Ifap para este serviço foram realizadas por meio da modalidade de pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços, e obteve-se êxito nos procedimentos e resultados, e o objeto foi atendido, conforme a necessidade do Instituto.

Equipe de Planejamento da Contratação

Integram a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração deste Plano de Estudo Preliminar e pelo Gerenciamento dos Riscos da Contratação, nomeados pela Portaria 179/2018/GR/IFAP, os servidores abaixo listados:

1. Alan Júnior Lima do Espírito Santo
2. Anderson Magno de Aguiar
3. Márcio Luis Góes de Oliveira

1. Identificação da necessidade da Contratação (art. 24, § 1º, I, e anexo III da IN 05/2017)

A Reitoria do Ifap é o órgão gerenciador desta contratação, e são participantes os Campi: Laranjal do Jari, Porto Grande e Avançado Oiapoque.

Cada Unidade apresentou sua justificativa, por meio da inclusão de seus pedidos via Siscomp.

Para a Reitoria, por meio da Coordenação de Administração, Logística e Infraestrutura – Coadinf, a Contratação de empresa especializada para a prestação de transporte, local e intermunicipal, de bens e materiais diversos, objetivando o atendimento da demanda da Reitoria do IFAP. Os serviços são indispensáveis devido à necessidade de transportar bens materiais e de consumo da Reitoria para as demais unidades do Instituto, conforme necessidade. O levantamento do quantitativo estimado de serviço foi realizado conforme análise de contratações anteriores.

Os *Campi* Laranjal do Jari, Porto Grande e Avançado Oiapoque mencionam que a principal missão das atividades-meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado) de forma contínua; eficiente; flexível; fácil; segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços terceirizados de apoio administrativo, técnico e operacional.

Em suma, a contratação se justifica pela necessidade de serviços, sob demanda, para transporte rodoviário local, intermunicipal e interestadual, de mobiliário em geral, cargas, documentos, e demais documentos de propriedade ou de interesse do Ifap e órgãos a ele vinculados

O levantamento do quantitativo estimado levou em conta a análise de contratações anteriores, o que foi suficiente para atendimento das necessidades da Instituição, bem como a fase de crescimento e expansão vivenciada pelo Órgão.

2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão, se houver (art. 24, § 1º, II, e Anexo III da IN 05/2017)

A contratação do serviço proposto encontra amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) do Ifap, no âmbito das estratégias e metodologias das áreas meio, item 2.1.2, conforme abaixo:

1. *Promover melhorias no desenvolvimento das atividades administrativas e nas políticas de conservação de seus bens móveis e imóveis, buscando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade na prestação de serviços.*

3. Requisitos da contratação (art. 24, § 1º, III, e anexo III da IN 05/2017)

- a) O presente serviço não é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 5, de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes;
- b) O serviço deverá ser realizado utilizando a modalidade de transporte rodoviário e terá como unidade de medida a cubagem (m³), conforme a faixa de distância (Km). O transporte será rodoviário local, intermunicipal e interestadual, no que couber, observado para o transporte interestadual as peculiaridades geográficas do Estado do Amapá;
- c) O serviço compreenderá o transporte e execução de mudanças de sede e/ou de instalações/materiais para outros locais, compreendendo desmontagem, embalagem, carregamento, descarregamento, montagem, e transporte de bagagens, cargas, mobiliários, utensílios domésticos, equipamentos eletroeletrônicos e de informática, documentos, materiais de consumo diversos, e demais itens de interesse do Contratante; sempre com seguro específico, e incluído demais custos que se fizerem necessários para a fiel execução do serviço de entrega dos bens ao seu destino;
- d) Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, de domingo a sábado (ou conforme as necessidades das Unidades do Ifap), em data e horário a serem definidos, conforme necessidade da administração;
- e) O serviço de desmontagem e montagem deverá ser realizado, exclusivamente, por profissional qualificado e de acordo com as instruções do fabricante. A montagem dos bens deverá respeitar rigorosamente as formas e dimensões originais, mantendo-se cada móvel/equipamento com suas respectivas peças;
- f) Nos casos de equipamentos específicos, especialmente os de tecnologia da informação, a desinstalação, instalação e ativação dos equipamentos serão realizadas exclusivamente por técnicos do Ifap, sendo de responsabilidade da empresa, a embalagem, identificação, transporte e desembalagem;
- g) Os bens deverão ser transportados em caminhões fechados tipo “baú”, forrados em seus interiores com chapas de compensado, ou material similar, para melhor acomodação e conservação dos bens;
- h) O serviço objeto desta contratação abrange todas as operações necessárias para que o transporte ocorra sem alteração, incluindo especificamente as seguintes:
- h1) desmontagem e embalagem dos bens no local de origem;
 - h2) retirada do local de origem e acondicionamento dos bens e materiais em caminhão-baú;
 - h3) retirada do material do equipamento de transporte e sua colocação dentro do cômodo indicado no local de destino;
 - h4) desembalagem e montagem dos móveis no seu destino;
 - h5) fornecimento do material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens;
 - h6) retirada de todos os detritos/embalagens utilizados;

h7) obtenção de todo e qualquer tipo de licença ou autorização junto aos órgãos públicos e fiscalizadores quando necessárias à execução do serviço;

i) Uma vez acomodada a carga no caminhão-baú, esta não poderá sofrer manuseio até que chegue ao seu destino, a não ser em casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Ifap;

j) As solicitações de transporte deverão ser atendidas pela Contratada dentro dos prazos máximos estabelecidos na tabela da alínea u4 deste Plano, contados da data de solicitação do Contratante, estando inclusos nos prazos: o fornecimento, pela Contratada, da planilha de cálculos da metragem cúbica do material a ser transportado, apresentação da cópia autenticada da apólice de seguro devidamente averbada, retirada dos bens/materiais do ponto de origem, e entrega destes no local de destino;

k) A Contratante poderá fixar, desde que seja técnica e operacionalmente viável (com a anuência da Contratada), que a execução dos serviços seja finalizada em prazos inferiores aos máximos fixados;

l) As hipóteses em que a complexidade envolvida na prestação dos serviços o exigir, os prazos máximos poderão ser dilatados, por autorização prévia e expressa da Contratante;

m) Para efeito de cálculo da quilometragem entre percursos, sempre que possível, será utilizado o *Google Maps*.

n) Os casos em que a prestação dos serviços demandar transporte fluvial, poderá a Contratante conceder prorrogação dos prazos máximos em até 10 (dez) dias úteis, observada as peculiaridades de cada local;

o) A solicitação do serviço será feita à Contratada por meio de documento a ser emitido pela Contratante, podendo ser por meio de e-mail, definindo a carga (relação dos bens) e seus respectivos valores estimados e endereços de origem e destino, dentre outras recomendações, ficando a critério da empresa realizar vistoria para confirmar as informações e dimensionar a demanda de serviço;

p) Para fins de identificação da faixa de distância e pagamento, a quilometragem será contada a partir da origem até o destino do transporte, considerando-se origem o local onde se encontram os bens a serem transportados, e destino o local onde os bens deverão ser entregues;

q) No transporte de bens e materiais, o levantamento da metragem cúbica e o inventário da mudança será realizado na presença, ou com ciência, de servidor público indicado para tal fim;

r) O inventário dos itens a transportar deverão ser registrados em duas (2) vias, destinando-se uma para cada parte, tais Contratante e Contratada.

s) DO SEGURO

s1) Quando do transporte dos bens e materiais a contratada deverá providenciar o seguro do patrimônio, devendo apresentar seguro com seguradora idônea, certificada pela SUSEP e com apólice capaz de ressarcir integralmente os prejuízos em razão de sinistro, dos seguros tipo RCTR-C (Responsabilida-

de Civil no Transporte Rodoviário de Cargas) e de RCF-DF (Desvio e Roubo de Cargas), para o valor atribuído aos bens a serem transportados, sem ônus para o Contratante, devendo a contratada apresentar a apólice dos referidos seguros após o recebimento da ordem de serviço e antes da execução do serviço.

s2) Antes do início da embalagem dos materiais, a contratada deverá apresentar cópia autenticada da apólice de seguro e comprovação da confirmação pela seguradora da averbação do valor assegurado para cada serviço a ser realizado;

s3) O fornecedor contratará, obrigatoriamente, seguro da carga, cujo prêmio não deverá ultrapassar 1,0% (um por cento) do valor declarado dos bens informado pela Contratante;

t) DOS VEÍCULOS

t1) Os bens deverão ser transportados em caminhões fechados tipo “baú”, forrados em seus interiores com chapas de compensado, ou material similar, para melhor acomodação e conservação dos bens. Deverão ser utilizados caminhões com capacidade mínima de 50 M³ (cinquenta metros cúbicos), a fim de garantir a integridade dos bens transportados;

t2) Os veículos deverão estar em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza, e segurança e ser adequados ao tipo de carga a ser transportada. Deverão ser conduzidos por profissionais devidamente habilitados e qualificados, conforme as legislações estadual e municipal, e com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de trânsito);

t3) O peso da carga a ser transportada deverá estar dentro do limite máximo de capacidade de carga, reconhecida pela legislação, de cada veículo. Qualquer ônus proveniente de desobediência deste item ocorrerá exclusivamente por conta da Contratada;

t4) Se na execução do serviço houver a necessidade de equipamentos e ferramentas (empilhadeira, etc.), a Contratada deverá dispor desses instrumentos;

u) DO PESSOAL

u1) Os motoristas dos caminhões deverão estar devidamente identificados e credenciados para o transporte, portando documentação regular e em conformidade com as normas de trânsito vigentes;

u2) A empresa adjudicatária deverá indicar, antes do início das atividades, pelo menos 1 (um) preposto que deverá acompanhar todas as etapas e responderá por todos os atos praticados pelo seu pessoal e serviços no cumprimento dos itens contratuais. O preposto manterá contato direto com a fiscalização. Deverá ser indicando telefone, e-mail, fax e endereço de localização do mesmo;

u3) Os funcionários da empresa deverão executar os serviços nas dependências do Ifap devidamente uniformizados, portando identificação (tipo crachá) como nome/logotipo da empresa, nome do funcionário e função que desempenha.

u4) As solicitações de transporte deverão ser atendidas pela Contratada dentro dos prazos máximos abaixo relacionados (dias corridos), contados da data de solicitação do Contratante, estando inclusos nos prazos: o fornecimento, pela Contratada, da planilha de cálculos da metragem cúbica do material a ser transportado, apresentação da cópia autenticada da apólice de seguro devidamente averbada, retirada dos bens/materiais do ponto de origem, e entrega destes no local de destino:

ITEM	DISTÂNCIAS (KM)	CRITÉRIOS E PRAZOS MÁXIMOS DE ATENDIMENTO		
		(DIAS CORRIDOS)		
		NORMAL*	URGÊNCIA**	EMERGÊNCIA***
01	De 0 a 20 km	5	3	2
02	De 21 a 130 km	6	4	3
03	De 131 a 300 km	7	5	4
04	De 301 a 450 km	8	6	5
05	De 451 a 600 km	8	6	5
06	Acima de 600 km	10	8	6

* casos comuns de realização de serviços;

** aqueles em que casos fortuitos ou de força maior, imprevisíveis, exijam o serviço de transporte no local indicado pela Contratante;

*** aqueles em que houver risco iminente de dano civil ou administrativo relativo a mercadorias e bens sob guarda da Administração.

u5) A Contratante poderá fixar, desde que seja técnica e operacionalmente viável (com a anuência da Contratada), que a execução dos serviços seja finalizada em prazos inferiores aos máximos fixados;

u6) As hipóteses em que a complexidade envolvida na prestação dos serviços o exigir, os prazos máximos poderão ser dilatados, por autorização prévia e expressa da Contratante;

u7) Para efeito de cálculo da quilometragem entre percursos, sempre que possível, será utilizado o *Google Maps*.

u8) Os casos em que a prestação dos serviços demandar transporte fluvial, poderá a Contratante conceder prorrogação dos prazos máximos em até 10 (dez) dias úteis.

v) Diante dos requisitos mínimos acima, após pesquisa de mercado, foi possível identificar a existência de um número significativo de empresas que prestam os serviços de transporte rodoviário nestas condições, à exemplo dos fornecedores pesquisados durante a pesquisa de preços:

Fornecedor	CNPJ	Total Estimado
JARIO JALES FERNANDES- EPP	15.376.324/0001-04	708 M³
PAINEL DE PREÇOS (UASG: 158150)	PREGÃO	730 M³
MARCELO CÂNDIA EMPREENDIMENTOS	18.307.032/0001-08	708 M³

4. Estimativa das Quantidades, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

Abaixo está o detalhamento do quantitativo de serviços solicitados para o serviço, somados os quantitativos do gerenciador e participantes da contratação:



ITEM	CÓDIGO COMPASNET	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL
1	22730	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 0 a 20 km.	M³	254
2	22730	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 21 a 130 km.	M³	154
3	22730	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 131 a 300 km.	M³	110
4	22730	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 301 a 450 km.	M³	60
5	22730	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 451 a 600 km.	M³	80
6	22730	Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância acima de 600 km.	M³	50

O quantitativo acima foi baseado conforme às emissões de ordens de serviços dos contratos anteriores, tendo sido considerada margem de segurança em virtude da expansão e crescimento das unidades do Ifap. No último contrato foi realizada contratação de 865 M³.

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar (art. 24, § 1º, V, e anexo III da IN 05/2017)

A existência de unidades do Ifap instaladas em diferentes Municípios do Estado do Amapá gera uma dinâmica de frequente necessidade de transporte de materiais entre uma e outra, quer sejam para a estruturação e manutenção, quer seja para execução de projetos e eventos. Desta forma, a equipe de planejamento desta contratação realizou ampla pesquisa de mercado de maneira a compreender a dinâmica da oferta do serviço de transporte rodoviário de bens e materiais. Assim, identificou-se que a contratação de empresa que possa vir a transportar os bens e materiais, em veículos e equipamentos apropriados traz custo-benefício para a administração, uma vez que o Ifap mesmo tendo veículos próprios não realizaria o serviço dentro das condições adequadas e com a segurança de uma empresa especializada, e também não dispõe em seu quadro de pessoal cargo específico e habilitado para esse tipo de serviço.

Em consulta junto ao painel de preços do governo federal foi possível identificar como tem sido as ocorrências de licitações para a contratação deste tipo de serviço, e tem sido prática em um significativo número de organizações públicas. Porém, somente a consulta ao Painel de Preços não fora suficiente para o alcance do número mínimo de propostas o que justifica-se (em cumprimento ao parágrafo 1º da IN nº 03) a realização de pesquisas de preço junto a prestadores locais do serviço objeto da contratação.

Portanto contratar empresa de prestação de serviço de transporte\frete, por meio de licitação, com sugestão de modalidade pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços, é a maneira legal e viável para esta contratação. O Registro de preços é adequado, pois esta contratação contempla mais



de um Órgão e é um serviço que deverá ser prestado conforme necessidade, dentro da vigência da ata de registro de preços, ou seja, será prestado de forma parcelada.

A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico do tipo “Menor Valor Global” para a realização da presente contratação atende ao que preceitua o art. 4º, caput, do Decreto nº 5.450, de 2005, por tratar-se de contratação de serviço comum, já que suas especificações são usuais de mercado.

Esta contratação não será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua o art. 6º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, pois, o valor estimado para a aquisição pretendida é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto, será de ampla participação.

6. Estimativas preliminares dos preços de referência (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

Foi realizada pesquisa de mercado e preço conforme o disposto na instrução normativa de pesquisa de preços nº 03/2017 – SLTI/MPOG, e os valores de referência foram os abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL	VALOR UNIT. EST.	VALOR TOTAL EST.
Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 0 a 20 km.	M³	254	206,00	R\$ 52.324,00
Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 21 a 130 km.	M³	154	247,27	R\$ 38.079,58
Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 131 a 300 km.	M³	110	301,33	R\$ 33.146,30
Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 301 a 450 km.	M³	60	336,67	R\$ 20.200,20
Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância de 451 a 600 km.	M³	80	361,83	R\$ 28.946,40
Serviço de transporte por metro cúbico a ser realizado na distância acima de 600 km.	M³	50	419,50	R\$ 20.975,00

O total estimado para esta contratação foi no valor de **cento e noventa e três mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos.**

7. Descrição da solução como um todo

Serviço de transporte e execução de mudanças de sede e/ou de instalações/materiais para outros locais, compreendendo desmontagem, embalagem, carregamento, descarregamento, montagem, e transporte de bagagens, cargas, mobiliários, utensílios domésticos, equipamentos eletroeletrônicos e de informática, documentos, materiais de consumo diversos, e demais itens de interesse do Contratante. O serviço deverá ser realizado utilizando a modalidade de transporte rodoviário e terá como unidade de medida a cubagem (m³), conforme a faixa de distância (Km). O transporte será rodoviário local, intermunicipal e interestadual, no que couber, observado para o transporte interestadual as peculiaridades geográficas do Estado do Amapá, em atendimento às demandas da Reitoria do Ifap e Campi: Laranjal do Jari, Porto Grande e Avançado Oiapoque.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, quando necessária para individualização do objeto



A realização de licitação por itens ou lotes, está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O critério de julgamento de “Menor Preço Global” justifica-se por entender que na prestação do serviço em questão, a divisibilidade torna o contrato menos vantajoso, pois retira-se a possibilidade do aproveitamento de carga. Com um carregamento único é possível se fazer mais de uma entrega contemplando faixas de distâncias variadas, o que torna o custo mais vantajoso para a administração.

A opção do certame licitatório por grupo deve-se também ao fato de necessidade de padronização do presente serviço nas Unidades do IFAP, visto que a não classificação dessa forma poderá implicar na contratação de várias empresas dificultando o gerenciamento e fiscalização pelos demandantes. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013), e conforme pesquisa de mercado, existem empresas que prestam o serviço desta contratação em todos os municípios onde estão localizadas as Unidades demandantes deste objeto.

9. Demonstrativos do resultado pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Por meio deste estudo preliminar identificou-se que a contratação de empresa que possa vir a transportar os bens e materiais, em veículos e equipamentos apropriados traz custo-benefício para a administração, uma vez que o Ifap mesmo tendo veículos próprios não realizaria o serviço dentro das condições adequadas e com a segurança de uma empresa especializada, e também não dispõe em seu quadro de pessoal cargo específico e habilitado para esse tipo de serviço.

10. Providências para adequação ambiente do Órgão

Segundo o TCU, este tópico trata-se da ocupação de espaço físico pela contratada, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás para os funcionários da contratada e concessão de perfis de acesso a serviços do órgão).

Desta forma, por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. Para tanto, o Ifap permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante o horário a ser estabelecido entre as partes, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a organização



Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há neste Órgão contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto da presente contratação.



ANEXO I - B
MAPA DE RISCO REFERENTE AO PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES
CONFORME ANEXO IV DA IN Nº 05/2017 - MPOG

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de contratação.**

A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

	Matriz de Probabilidade x Impacto				
Probabilidade					
5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
Impacto	1	2	3	4	5

Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação

() Gestão do Contrato

1. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE MERCADO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 01:	Levantamento de mercado deficiente (não verificou que não existe fornecedor para a solução como foi especificada), levando a licitação deserta (ou seja, nenhuma proposta é apresentada na licitação)	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet, visita a feiras, consulta a publicações especializadas (comparativos de soluções publicados em revistas especializadas) e pesquisa junto a fornecedores.	Equipe de planejamento



Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Caso seja identificada a existência de fornecedor específico que atenda a solução, optar pela instrução de processo de inexigibilidade.	Equipe de planejamento e Unidade de Licitações

2. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE RESULTADOS ESPERADOS (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 02:	Definição de resultados subjetivos, levando a dificuldade na análise custo-benefício com consequente contratação que não representa a melhor alocação de recursos na organização	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	O requisitante deve declarar formalmente os resultados pretendidos nos autos do processo de contratação, de forma clara e objetiva. Quando possível, os resultados devem ser mensuráveis, de modo a haver melhores condições de aferir o alcance dos resultados declarados após a implantação da solução.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação deve avaliar a possibilidade da contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se a equipe de planejamento considerar que os resultados não são realistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas, planejando, assim, uma contratação viável. Caso a negociação não se mostre eficaz, a equipe de planejamento deve levar o caso às instâncias superiores.	Equipe de planejamento e demandantes do objeto

3. RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 03:	Não planejar a contratação da solução como um todo, levando a aquisição de somente parte da solução, com consequente impossibilidade de atender a necessidade de negócio que motivou a contratação.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	A equipe de planejamento da contratação realizará os estudos técnicos preliminares identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Caso seja identificada a existência de fornecedor específico que atenda a solução, optar pela instrução de processo de inexigibilidade.	Equipe de planejamento e demandantes do objeto



4. RISCOS RELACIONADOS ÀS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 04:	Intempestividade na adequação do ambiente da organização, levando ao atraso no alcance dos resultados pretendidos com a contratação ou atraso do início dos trabalhos da contratada, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação ou surgimento de pleitos da contratada de algum tipo de indenização, pois esta já terá alocado recursos sem poder obter retorno.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Não atendimento da necessidade que originou a contratação e possíveis danos para a administração.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	A equipe de planejamento da contratação, com o apoio dos gerentes máximos da área especialista e da área beneficiária, obtém compromissos de todos os atores responsáveis pelas mudanças no ambiente da organização necessárias para que a solução gere os benefícios esperados	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realização de reuniões, com assinatura em ata, para comprometimento e responsabilização dos gestores envolvidos na contratação.	Equipe de planejamento e gestores do Ifap